

1

Fundação

1.1

Sepé Tiaraju e a resistência
dos Guarani missioneiros

Benedito Prézia

RESUMEN

Este artículo presenta la trayectoria del capitán guaraní Sepé Tiaraju, especialmente su liderazgo en la lucha por la defensa de los Siete Pueblos de las Misiones en el contexto del Tratado de Madrid de 1750. El artículo recorre la fase inicial de las reducciones jesuíticas, así como la furia de las banderas paulistas y la dimensión “empresarial” de las misiones. A continuación, aborda la historia de Sepé Tiaraju, sus luchas a favor del mantenimiento de los Siete Pueblos de las Misiones, su muerte y su transformación en símbolo de la lucha por la tierra en Brasil.

PALABRAS CLAVE

Sepé Tiaraju
Misiones jesuitas
Resistencia indígena

RESUMO

Este artigo apresenta a trajetória do capitão Guarani Sepé Tiaraju, sobretudo sua liderança na luta em defesa dos Sete Povos das Missões no contexto do Tratado de Madrid de 1750. O artigo retrata a etapa inicial das reduções jesuíticas, aborda também a fúria das bandeiras paulistas e a face “empresarial” das missões. Na sequência, ele aborda a história de Sepé Tiaraju, suas lutas em favor da manutenção dos Sete Povos das Missões, sua morte e sua transformação em símbolo da luta pela terra no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

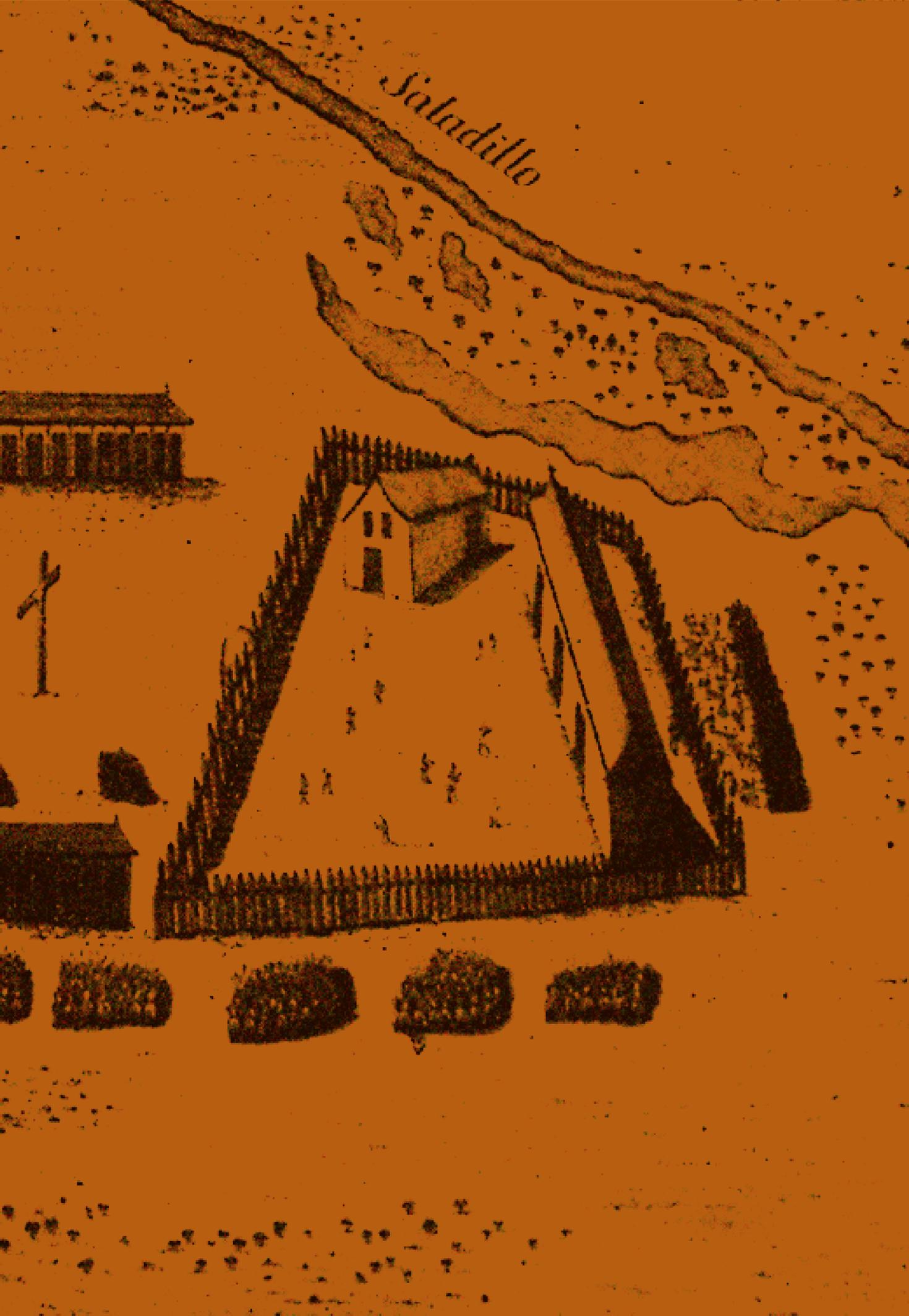
Sepé Tiaraju
Missões jesuítas
Resistência guarani

ABSTRACT

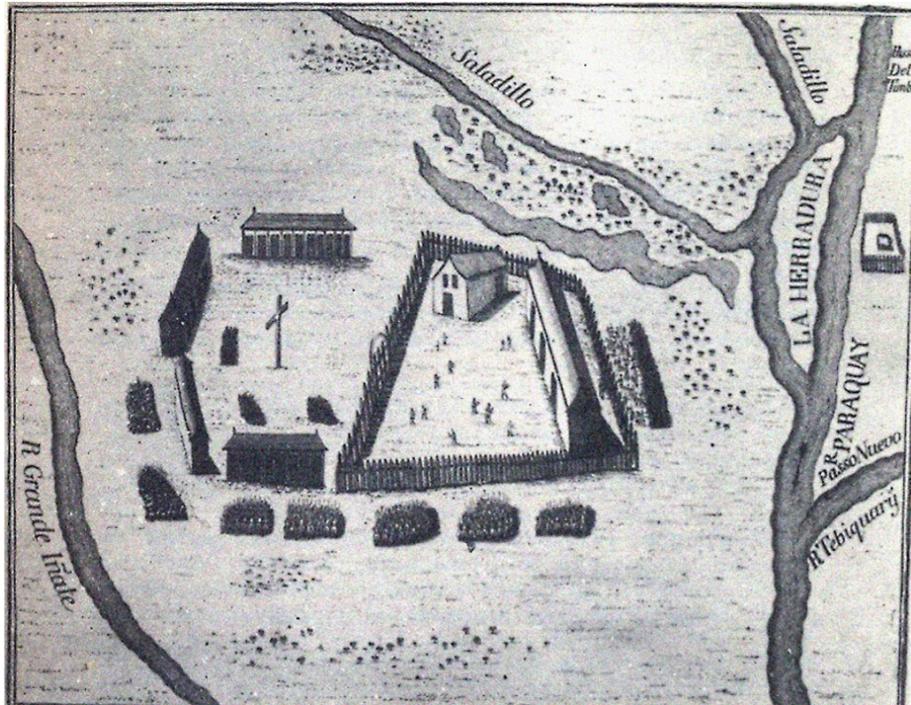
This article presents the trajectory of the Guarani captain Sepé Tiaraju, especially his leadership in the struggle to defend the Seven Peoples of the Missions in the context of the Treaty of Madrid of 1750. The article portrays the initial phase of the Jesuit reductions, and also addresses the fury of the São Paulo bandeirantes and the “entrepreneurial” face of the missions. It then looks at the story of Sepé Tiaraju, his struggles to maintain the Seven Peoples of the Missions, his death and his transformation into a symbol of the struggle for land in Brazil.

KEY WORDS

*Sepé Tiaraju
Jesuit missions
Indigenous resistance*



Para entender a figura e a trajetória de Sepé Tiaraju, capitão Guarani da missão jesuítica de São Miguel, no oeste do atual Rio Grande do Sul, é importante fazer uma retrospectiva histórica da presença dos Jesuítas no Paraguai nos séculos XVI e XVII.



Gravura de paliçada de defesa em missão jesuítica, num ataque de um exército colonial, na fase inicial das missões (Bibliothèque du Scolasticat de Chantilly. In: Guillerrou, 1973, p. 145)

OS GUARANI E A FASE INICIAL DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS

Uma das primeiras notícias que temos sobre os Guarani é o relato do espanhol Alvar Núñez Cabeza de Vaca, pretendente a cargo de destaque e que passou pela região da atual cidade de Assunção, acompanhando o Governador, no final de 1541:

Seguindo seu trajeto por aquelas terras, o governador e sua gente chegaram a um povoado de guaranis, cujo senhor principal, chamado Pupebaje, saiu a caminho para recebê-los, muito alegre, trazendo mel, patos, galinhas, milho, farinha e outras coisas. Através do intérprete, o governador lhe agradeceu a

acolhida, fez-lhe o pagamento e ainda deu para o principal muitos presentes, entre eles, tesouras e facas. Deixou os índios deste povoado tão alegres e contentes, que pulavam, dançavam e cantavam de prazer (Cabeza de Vaca, 1987 [1546], p. 133).

Essa fase amistosa durou pouco, pois, em 1556, com a fundação de Assunção, instalou-se a política oficial de “mercês e encomienda”, uma maneira velada de praticar a escravização indígena. O colono poderia ter escravos, desde que pagasse um imposto ao Rei da Espanha e se comprometesse a levar o indígena à fé cristã. A consequência dessa prática estabeleceu o trabalho escravizado, com muitas mortes e a uma rápida diminuição populacional Guarani. Como citado em um documento

oficial, Los oficiales reales a Su Majestad, redigido em junho de 1594: “(...) os índios que serviam a esta cidade estão acabados, porque não há nem a décima parte do que deveria haver, por várias causas e doenças, e também por abusos dos espanhóis” (Apud Melià, 1993, p. 61). Entretanto, a região mais ao norte, Guairá, na margem esquerda do rio Paraná, no atual estado do Paraná, continuava bastante povoada, com cerca de 200 mil indígenas, pois era de difícil acesso aos espanhóis escravistas (Gusmán, [1835] 1969, apud Melià, 1993).

Em 1610 chegaram os missionários Jesuítas, discordando da política oficial e propondo um modo de vida diferente. O projeto era reunir os indígenas dispersos em novos aldeamentos, chamados de reduções

– expressão originária do vocábulo latino *reduci*, “conduzidos a” [viver em missões]. Nessas povoações maiores e mais organizadas poderiam ter “uma vida civilizada e humana, beneficiando o algodão com que possam se vestir, porque em geral viviam na nudez” (Montoya, [1639] 1985, p. 34).

Trazendo o espírito da “contra Reforma”, definido pelo Concílio de Trento, os Jesuítas consideravam-se “mensageiros divinos” para a salvação da “Província do Paraguai, onde havia grande soma de gentios [pagãos] à espera somente de ouvir as novas ditosas das bodas do Cordeiro” (Montoya, [1639] 1985, p. 30). Se os padres pensavam ser enviados do Cristo, por sua vez, os Guarani os viam como pajés de uma religião mais poderosa, pois ofereciam três coisas fundamentais: instrumentos de ferro, abundância de alimentos e proteção contra a escravização espanhola.

Quanto ao primeiro ponto, o padre Montoya ([1639] 1985, p. 173) observou: “Apresentando-se a um cacique um machado, (...) ele sai da mata [com todos seus parentes]”. Alfred Métraux (1959, p. 57 apud Melià, 1982, p. 232), estudioso da cultura tupi-guarani, o confirma: “O ferro cria entre aqueles que descobrem seu uso uma tirania invencível. Uma vez conhecido o metal, não se volta mais à idade da pedra”. A distribuição de alimentos e de objetos da cultura material ocidental, como roupas, vasilhames e pentes, também atraía os nativos. A administração centralizada dos missionários tornava-os “generosos”, igualando-os aos caciques tradicionais. Assim, eram vistos acumulando o papel de cacique e pajé.

Havia também uma identidade com os ancestrais míticos Guarani,

como observou o padre Martin Dobrizhoffer, um dos poucos Jesuítas a se interessar pela religião indígena. Afirmando que foram identificados com Sumé ou pai Zumé, um dos demiurgos guaranis, esse padre aponta: “Que o pai Zumé já havia estado uma vez entre eles, que sua terra ia dar frutos em abundância e que de nada teriam necessidade” (Dobrizhoffer, 1784, v. III, p. 75 apud Haubert, 1987, p. 253). Vivendo nas aldeias missionárias, os Guarani teriam a proteção dos missionários, estando livres da encomienda e do trabalho forçado com os espanhóis.

Aos poucos foram surgindo as reduções no Guairá. Em 19 anos de presença missionária, de 1610 a 1629, quinze missões foram fundadas, próximas aos rios Paranapanema, Tibagi, Ivaí e Piquiri, na região do atual estado do Paraná, com uma população de cerca de 70 mil indivíduos. Eram missões simples, mas ainda assim tentavam abolir as tradições indígenas, impondo novo culto, novas festas, uma igreja e casas unifamiliares. Para aqueles missionários não era possível o Cristianismo conviver com a cultura indígena. Apenas a língua era considerada, uma vez que era vista como importante instrumento de catequese.

Face à presença dos Jesuítas, que traziam mudanças religiosas e culturais, houve nessa fase inicial alguns movimentos de resistência liderados por pajés, sobretudo no Tape, atual Rio Grande do Sul. O mais emblemático foi o confronto que resultou na morte dos Jesuítas Roque González, Alonso Rodriguez e Juan del Castillo, em Caaró e Ijuí, em 1628 (Melià, 1978). Entretanto, o maior perigo vinha mais do Norte, onde estava a vila portuguesa de São Paulo de Piratininga, onde

viviam lusitanos e mestiços, que se dedicavam ao tráfico de escravizados indígenas. Foram chamados pelos Jesuítas de *mamelucos*¹. Mais tarde, essas expedições ou entradas receberam o nome de bandeiras, pois, muitas vezes, levavam estandartes e tambores. Os membros foram chamados de bandeirantes.

A FÚRIA DAS BANDEIRAS PAULISTAS

Ao localizarem as missões do Guairá, esses paulistas perceberam que era mais rentável invadi-las do que ir ao sertão, enfrentando povos resistentes. Os Guarani passaram, então, a ser mais visados, pois estavam também adaptados a uma rotina de trabalho e com uma língua parecida ao idioma dos paulistas. Esses mestiços viviam muito próximos à cultura indígena, falando o tupi paulista ou tupi austral. O indígena era também um escravizado barato, pois valia bem menos que o africano, atendendo bem à penúria das capitâneas de São Paulo e Rio de Janeiro. Enquanto o africano custava entre 180 mil e 200 mil réis, um Guarani jovem valia de 5 mil a 18 mil réis, isto é, 10 a 20 vezes menos (Zenha, 1970).

As missões do Alto Paraguai foram atacadas entre 1623 a 1631, provocando uma verdadeira sangria. Os Guarani e os padres não tinham como se defender de forma adequada, pois o Rei da Espanha havia proibido as missões de possuírem armas de fogo. Além do arco e flecha, o máximo que conseguiam fazer eram cercas ou paliçadas defensivas de

¹ Como eram conhecidos na Espanha os mestiços de árabes com espanhóis. Ficaram famosos pela truculência e independência frente à legislação oficial.

madeira². Os ataques e a violência foram bem grandes, como se pode ver na deportação de prisioneiros indígenas para a vila de São Paulo:

(...) Além de tudo, os obrigam levar suas cargas e a muitos, tanto os caciques, como seus subordinados, foram levados acorrentados até São Paulo, pressionando-os todos os dias; e à noite não os deixavam dormir, pois os cansavam com contínuos gritos e discursos, feitos por eles ou por seus Tupis ou por alguns caciques presos recentemente, que os exortavam para que não fugissem, pois nas suas [novas] casas e fazendas em São Paulo iriam ter uma vida bastante boa, tanto no temporal como no espiritual, como se pudesse chamar de “vida” uma perpétua escravidão. De outra parte os ameaçavam que se fugissem seriam mortos. De fato, quando alguém fugia, enviavam seus Tupis na sua busca, e quando voltavam eram açoitados cruelmente. Certa noite, num desses discursos, um cacique [Tupi], chamado Guaraciti, com muita arrogância, vangloriou-se, diante dos portugueses, de haver ido com eles destruir a missão Jesus Maria. E os ameaçava, [dizendo] que se fugissem para reunir-se aos padres, [os Tupi] iriam voltar com os portugueses para atacá-la novamente (Blanco, 1966, p. 474).

Calcula-se que, entre 1628 e 1641, foram levados dessas missões para São Paulo cerca de 30 mil Guarani, como registrou o padre Pablo Benavides (Bruno, 1967 apud Melià, 1993). Foi o que afirmou também o Jesuíta

português Francisco Ferreira (apud Monteiro, 1994), ao escrever que, em apenas quatro anos, foram vendidos em São Paulo, em praça pública, em torno de “13 mil almas”.

Os Jesuítas atuaram primeiramente junto às autoridades civis, como o Governador do Brasil, em Salvador. Embora levassem um texto bastante forte, redigido em outubro de 1629, não obtiveram uma resposta explícita³. E pela ausência de medidas concretas, os missionários apelaram ao Rei da Espanha, já que Portugal estava sob a mesma coroa. Devido à limitação de pessoal, somente em 1638 foi enviado à Madri o padre Ruiz de Montoya, que fez importantes denúncias. O resultado foi mais efetivo, pois resultou na expedição de vários ordenamentos ou cédulas, reafirmando a liberdade dos indígenas e recomendando o Vice-Rei do Peru e os governadores do Paraguai e do Rio da Prata, que “dessem ativa ajuda aos jesuítas das reduções na sua luta contra os ataques paulistas” (Boxer, 1973, p. 141). E estabelecia que as pessoas com indígenas escravizados, fossem obrigadas a libertá-los e, se futuramente os escravizassem, estariam sujeitas à Inquisição. Autorizou também que as reduções pudessem ter armas de fogo e os Guarani pudessem ser nelas treinados (Boxer, 1973)

Numa terceira gestão, chegaram até o Papa. Em abril de 1639, o padre Diaz Taño foi a Roma levando as mesmas denúncias. Na ocasião, ele conseguiu sensibilizar o Papa

Urbano VIII, que retomou a bula de Paulo III, de 1537, e promulgou o breve *Commissum nobis*, proclamando a liberdade dos indígenas e ameaçando de excomunhão tanto os civis que escravizassem como os párocos e religiosos que não denunciasses essa nefasta prática (Leite, [1938] 2004).

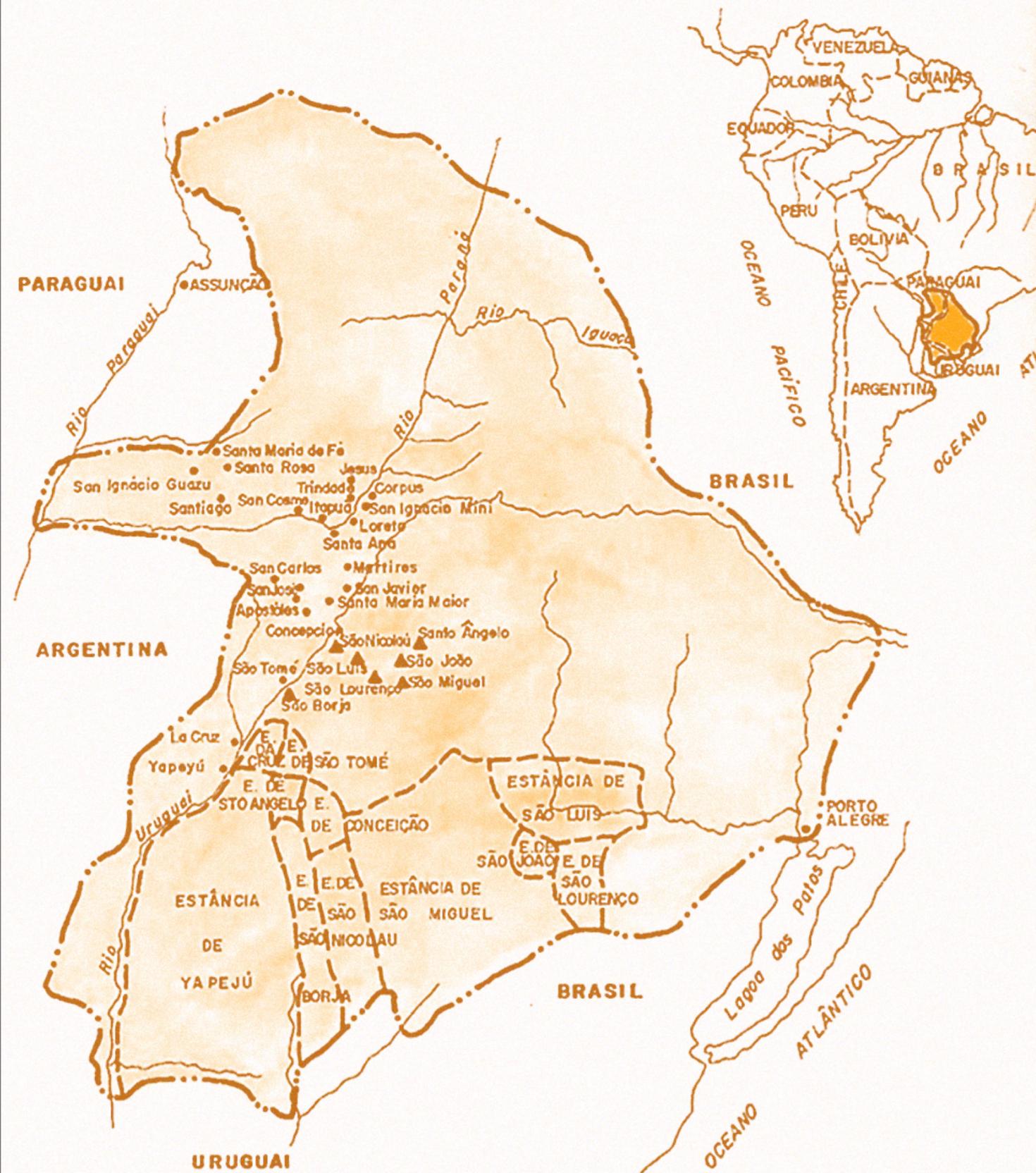
Sem esperar a efetivação dessas gestões e para escapar dos contínuos ataques paulistas, em 1631, os missionários decidiram transferir-se para o Sul, para a região do Tape, com os sobreviventes das reduções de Loreto e Santo Inácio Mini. Numa longa e difícil viagem, cerca de 2.500 famílias desceram o rio Paraná em 700 canoas até as cataratas do Iguacu, então chamadas de Salto Grande. Nesse ponto souberam que uma nova expedição paulista estava a caminho. Depois de destruírem as canoas nas corredeiras, para não serem usadas pelos traficantes, os Guarani fugiram pela mata, a pé, numa triste marcha de mais de 100 quilômetros, fato que levou muitos velhos e crianças a morrerem de fome e cansaço. Dos 70 mil indígenas que havia nas missões do Guairá, somente 10 mil chegaram ao Tape para construir novas missões (Lugon, 1977).

Surgiram reduções no atual território argentino de Misiones e no Tape, localizado no oeste do atual Rio Grande do Sul. Mesmo distantes de São Paulo, essas missões continuaram sendo atacadas pelos paulistas, como ocorreu, em 1636, com a redução de Jesus Maria, num ataque

³ Ver o texto completo da denúncia levada pelos jesuítas Justo Mancilia e Simón Maceita ao Governador da Bahia: *Relación de los agravios que hicieron los portugueses de San Pablo, saqueando las aldeas que los religiosos de la Compañía de Jesús tenían en la Misión de Guairá y campos del Iguazu, Santos, 10/10/1629* (Blanco, 1966, p. 461-483).

→
Área das reduções jesuíticas do Paraguai (Encarte do livro de C. Lugon, A república “comunista” cristã dos Guaranis, 1977)

² Para esse período, ver: *História da resistência indígena. 500 anos de luta*. São Paulo, 2019, p. 101-108.



(Figura Extraída de Lugon - modificado)
Localização das Missões jesuíticas na América do Sul
Limite das Estâncias
Limite dos Trinta Povos das Missões Jesuíticas

comandado por Antônio Raposo Tavares (Montoya, 1985). Embora tenha sido um dos mais violentos embates desse período, este bandeirante foi homenageado em São Paulo, tendo o nome em uma rodovia entre São Paulo e o Paraná, justamente a antiga rota desse tráfico.

Outro confronto ocorreu dois anos depois, em 1638, quando espanhóis e indígenas na vila de Caaró e da missão de São Luís foram surpreendidos pela expedição de Pascoal Leite Pais, irmão de Fernão Dias Pais. O embate aconteceu perto do rio Caçapá Guaçu, afluente do rio Uruguai, não longe da atual Passo Fundo. Apesar da morte do padre Diego de Alfaro e de alguns Guarani, esse confronto pode ser visto como uma vitória, pois os traficantes foram duramente rechaçados. Pascoal Pais e outros paulistas foram presos e enviados para Buenos Aires, onde permaneceram por um bom tempo. Quando foram soltos, retornaram a São Paulo e Pascoal Pais não mais realizou expedições escravistas (Franco, 1954).

Três anos depois, em 1641, surgiu nova expedição paulista, que assombrou a redução de São Francisco Xavier, nessa mesma região. Era comandada por Jerônimo Pedroso de Barros, filho do Capitão-mor paulista Pedro Vaz de Barros. Com 130 canoas, ele trouxe um pequeno exército, composto por 400 portugueses, 600 mestiços e mais de 500 Tupi, os quais lhe serviram de tropa de choque. Esses Tupi eram de antigas aldeias em São Paulo, mantendo ainda uma vida andarilha, combatendo contra outros indígenas numa antiga tradição guerreira (Franco, 1954).

Ao serem avisados da aproximação, os capitães Guarani Inácio Abiaru e Nicolau Nheinguiru

mudaram a tática. Ao invés de esperá-los na missão, foram para as margens do rio Mbororé, local melhor para uma contraofensiva. Quando os paulistas chegaram, a missão estava vazia, e encontraram apenas com o padre Cristóvão Altamirano. Este afirmou que os indígenas não queriam luta e por isso haviam abandonado a redução. No dia seguinte, o padre deslocou-se para o Mbororé, para se reunir com os Guarani. Era uma maneira de atrair os paulistas para esse novo campo de batalha. De fato, os paulistas o seguiram de longe e, ao chegarem às margens desse rio, foram cercados pelos Guarani. Percebendo terem sido vítimas de uma cilada, Jerônimo de Barros e um grupo de elite partiram para uma luta corporal. Pela segunda vez, os bandeirantes se viram em desvantagem.

Ao serem presos, alegaram não terem vindo para destruir a missão, mas para saber notícias dos outros paulistas, presos anteriormente. Sem acreditar nessa conversa, os Guarani os prenderam. Mesmo assim, cerca de 250 homens conseguiram fugir. Após seis meses de viagem, chegaram a São Paulo, sem o chefe, o qual deve ter morrido em combate ou em consequência dele. Essa vitória somente foi possível também graças à autorização do Rei da Espanha, que permitiu o uso de armas de fogo. Com mosquetes e primitivos canhões, feitos de Taquaruçu (bambu), os Guarani puderam melhor se defender (Franco, 1954).

Assim, não foi o documento do Papa que encerrou esse violento período, mas as armas de fogo autorizadas pelo Rei da Espanha. Essa foi a última expedição que os paulistas fizeram em busca do “ouro vermelho” das missões. Desde então, o tráfico

indígena diminuiu, pois os aventureiros passaram a focar na busca do “ouro amarelo” na região das minas. Livres desse perigo, os missionários propuseram-se a criar novas missões mais ao Sul, ao longo dos rios Paraná e Uruguai.

A FASE “EMPRESARIAL” DAS MISSÕES

Para administrar as novas reduções, o Superior Geral dos Jesuítas apelou aos padres de outros países na Europa. Chegaram ao Paraguai Jesuítas italianos, austríacos, flamengos e alemães, que deram um perfil mais estruturado – e de certa forma empresarial – a essas missões. Por terem uma formação humanista bem avançada, traziam habilidades artísticas e manuais no domínio da Música, Arquitetura, Artes, conseguindo criar gráficas, mercenarias e até oficinas para fundição de metais.

Surgiam, portanto, como verdadeiras vilas espanholas, *pueblos*⁴, lembrando muito as vilas medievais. Na segunda metade do século XVII, a região contava com 30 reduções. Eram sempre instaladas perto de rio ou riacho, pois os indígenas mantinham o hábito de banharem-se várias vezes ao dia. Ficavam também no alto de colinas, para não serem atingidos pelas cheias dos rios (Hubert, 1990).

Na margem esquerda do rio Paraná, no atual território paraguaio, havia cinco missões, sendo três mais antigas, como Santo Inácio Mini (1631), [Nossa Senhora de] Loreto

4 Esse nome foi traduzida para o português como povo, embora a melhor tradução seria povoado ou vila.



Igreja da missão de São Miguel, com um dos sinos fundidos na missão. (Foto de divulgação)

(1631) e Santana⁵. E duas mais novas, como [Nossa Senhora da] Candelária (1665) e Corpus [Christi] (1701). Na margem direita do rio Paraná, na atual região de Misiones, atualmente território argentino, havia mais oito missões, sendo três mais antigas: Itapuã-Encarnação (1615), Jesus (1633), São Cosme e São Damião (1633). E criando mais novas, como Santiago (1669), Santa Maria da Fé (1669), Trindade⁶, Santa Rosa (1698) e Santo Inácio Guaçu⁷.

Na região de Entre Rios, próximo à margem direita do rio Uruguai, existiam outras dez missões, sendo seis mais antigas: São Francisco Xavier (1622), Yapeyu-Reis [Magos] (1627), Concepción/Conceição (1627), São Tomé (1632), São José (1633), Santa Maria Maior (1633). E outras

5 Não foi possível identificar o ano de fundação. O mesmo ocorre com as reduções marcadas com /?/.

quatro mais novas, como Santos Apóstolos (1650), La Cruz (1657), São Carlos (1660) e Mártires [do Japão] (1704). Num período mais tardio, os Jesuítas voltaram a ocupar a margem esquerda do rio Uruguai, na região do Tape, implantando sete missões, conhecidas depois como Sete Povos das Missões: São Borja (1682), São Nicolau (1687), São Luís [Gonzaga] (1687), São Miguel Arcanjo (1687), São Lourenço (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo [Santo Anjo da Guarda] (1707).

Tinham como orientação dividir o povoado quando esta atingisse 1.500 famílias, ou seja, cerca de 7.500 pessoas, pois acima desse número a gestão tornava-se bem mais difícil. Os bens móveis eram divididos e muitas vezes a partilha se arrastava por anos (Hubert, 1990). As missões eram muito semelhantes a *pueblos* ou vilas, como se pode ver em um levantamento populacional de 1729:

Concepción/Conceição: 5.493 habitantes; Itapuã/Encarnação: 5.829 habitantes; Loreto: 6.933 habitantes; Santa Maria: 6.958 habitantes; Santa Rosa: 5.291; São Lourenço: 6.215 habitantes; São Luís: 5.984 habitantes; São Nicolau: 7.335 habitantes (Historical Relatio [1733] apud Lugon, 1977).

Em outro levantamento, feito mais tarde, em 1753, durante a guerra guaraníca, aparecem outras missões, igualmente populosas: Santo Ângelo: 5.105 habitantes; São Miguel: 6.838 habitantes; Yapeyu/Reis: 6.726 habitantes (Lugon, 1977). O plano urbanístico das reduções seguia um mesmo padrão. As casas unifamiliares eram alinhadas por ruas, estabelecidas em linha retas, em fileiras. Eram construídas por indígenas pedreiros com blocos de arenito ou tijolos de adobe, secados à sombra. Algumas reduções chegaram a ter mais de 70 ruas, como se lê num relatório Guarani (Melià,



Reprodução de uma redução no Paraguai (STEHLE, 1980, p. 49)

2009 apud Suess et al., 2009). Para manter a ordem e a boa convivência em comunidades tão grandes, os Jesuítas colocavam na supervisão de cada rua ou setor de uma liderança tradicional, o tubixá ou cacique, que deveria ser o líder familiar de maior ascendência (Golin, 1985).

As igrejas eram o maior e o mais importante edifício. Ficavam na parte posterior da vila, possuindo um sino para marcar as horas. Estas davam o ritmo das orações e do trabalho. O primeiro toque era feito pelo “porteiro”, às 4 horas da manhã, uma hora antes do sol raiar. No inverno, despertava-se uma hora mais tarde, às 5h. O aguazil-mor, ao som de tambor, passava pelas ruas, chamando os moradores:

Irmãos, o dia começa a raiar! Que Deus os proteja e os ajude! Acordem seus filhos e filhas para que eles venham orar a Deus e louvá-lo, ouvir a santa missa e ir em seguida ao trabalho. Não demorem, não sejam fracos, não se deixem conquistar pela preguiça! Ouçam, já estamos tocando o tambor! (Haubert, 1990, p. 257).

Ao lado da igreja havia espaços comunitários, como a casa das viúvas, a casa dos padres, a escola, a enfermaria e o cemitério. Atrás, ficava o pomar, com hortaliças e árvores frutíferas. À frente da igreja estava a praça central, um grande quadrilátero, cercada de pinheiros, palmeiras e laranjeiras. No centro erguia-se a estátua do padroeiro ou padroeira da missão e nas pontas ficavam grandes

cruzes (curuçá). Nessa praça estava também a fonte de água potável para abastecimento das famílias.

Contígua à praça estava a Casa do Povo, um espaço comunitário com salas para as oficinas de artesanato. Ao redor da praça havia varandas cobertas, no estilo das vilas espanholas, onde se podia trabalhar, sobretudo, nas horas mais quentes. Cada missão contava com 20 a 40 tecelões, que tinham o direito de ficar com dois a três por cento de sua produção. Os tecidos das missões eram muito apreciados, sendo vendidos em Buenos Aires, Corrientes e também na Europa (Haubert, 1990).

Os Jesuítas tentaram introduzir a propriedade privada, destinando a cada família um lote de roça. Era o Abambaé (espaço do homem ou espaço da família), de onde os Guaraní deveriam tirar o sustento. Não havia o direito de herança, podendo esse lote voltar à missão e ser repassado para outra família, quando o antigo proprietário deixava o lugar. Os instrumentos de trabalho, como enxadas e arados, eram também da comunidade. Além da produção da roça, as famílias recebiam uma ração diária de carne e de erva mate (Golin, 1985).

Segundo o relato de alguns Jesuítas, os Guaraní resistiram à introdução do lote individual, pois sua cultura se baseava na propriedade coletiva. Ao verem o fracasso de algumas roças, que “não produziam sequer o milho necessário para o sustento familiar”, os padres procuraram “organizar o trabalho em grupo, reunindo todos os homens de um setor ou bairro, com um censor ou contador”⁶ (Cardiel, 1770 apud

⁶ Talvez seria a figura do alcaide, cujo papel era de supervisionar os trabalhos da missão.

Lugon, 1977). Para abastecer os padres, as viúvas, os doentes e algumas famílias mais pobres, foi criado o Tupambae (espaço de Deus). Eram roças comunitárias, com administração direta dos Jesuítas, se constituíam espaços onde os indígenas deveriam trabalhar alguns dias do mês (Haubert, 1990). A jornada de trabalho era de seis horas e a semana de cinco dias, pois se folgava aos domingos e às quintas-feiras (Golin, 1985).

Como súditos do Rei, o Guaraní adulto, entre 18 e 50 anos, devia pagar um tributo anual, fixado em um peso⁷. Deste imposto eram isentos os caciques, seus primogênitos, os sacristães e os corregedores (Haubert, 1990). O pagamento era feito com a venda da erva mate, a ka’amini, conhecida também como erva do Paraguai ou erva dos Jesuítas. No início, era coletada nos ervais nativos em regiões úmidas e muitas vezes insalubres. Por isso não se trabalhava no local em meses frios e nem na quaresma (março e abril). Como o consumo era grande, havia a necessidade de fazer um bom estoque, pois era utilizada de maneira habitual por toda a comunidade. Isso levou os Jesuítas a aclimatá-la em regiões mais próximas das missões. Entretanto, apresentavam menor qualidade, tendo um valor menor (Haubert, 1990).

No início, toda erva processada era propriedade da missão. Em 1667, uma nova orientação do padre provincial fez com que a produção passasse a ser vendida pelas famílias.

⁷ Tratava-se do peso fuerte, valendo oito reais de prata (Hubert, 1990). Embora esse Hubert (1990) não informe o valor correspondente, afirmou valer mais que o peso hueco, utilizado na região do Rio da Prata, correspondendo a seis reais de prata. Portanto, o imposto do Guaraní era mais pesado que o imposto dos demais colonos.

A inovação não funcionou, pois os Guarani não conseguiam administrar a venda, dificultando o pagamento do imposto real. Depois de um tempo, retornou-se ao antigo sistema. Houve reclamação por parte dos colonos, alegando existir um monopólio jesuítico desse produto. Por isso, o Rei expediu um decreto, limitando a venda dos Jesuítas para 12 mil arrobas, isto é, 140 toneladas, limite quase nunca atingido (Hau- bert, 1990).

Como parte da região do Tape era formada por campos, os Jesuítas criaram estâncias, que eram fazendas de criação de gado *vacum* e de cavalos para abastecer as reduções com carne e meios de transporte. O gado vinha substituir a caça, sendo por isso indispensável para a sobrevivência desses povoados. Com o aumento da população, houve também uma grande expansão do gado. Para controlá-lo, era registrado em livros e as estâncias tinham sempre uma sede e postos de vigilância, pois os animais costumavam ser roubados e levados para as vilas espanholas (Golin, 1985).

A estrutura administrativa da missão tinha como figura maior o *padre superior*, que era auxiliado por um coadjutor e pelo *cabildo (ta- varoga*, membro casa comunal). Era uma câmara municipal híbrida, absorvendo o caciquismo tradicional e incorporava cargos da administração espanhola. Assim havia o *corregedor*, o chefe civil, uma espécie de prefeito (*porokuitara*, com ordens); o *tenente corregedor* ou *sub-corregedor*, atuando na ausência do titular; o *alcaide ordinário*, líder dos trabalhos comunitários (*ybirayaruçu*, o maior que levava o bastão); o *alcaide da Ir- mandade*, que organizava os grupos religiosos de jovens (*ybirayaruçu*, o

que levava o bastão) e o secretário (*kuatiapohara*, o que escrevia no papel). Todos os membros do cabildo estavam subordinados ao capitão general da Província, autoridade máxima civil, para referendar tanto esses líderes, como o próprio padre superior da missão (Golin, 1985).

Chamava a atenção o espaço para a língua nativa nas reduções, pois a língua reproduzia as expressões socioculturais da comunidade e o sentimento das pessoas. Como observaram Melià e Temple: “o aprendizado da língua guarani (...) contribuiu para estabelecer relações estreitas [dos jesuítas] com os Guaranis, que não se sentiam marginalizados por não saber e por não falar a língua do espanhol” (Melià; Temple, 2004, p. 195).

Houve uma grande produção de textos considerados profanos, mas infelizmente nem tudo foi conservado e assim não se pode ter a dimensão do volume e conteúdo. Entretanto, vê-se que esses escritos possibilitaram muita autonomia aos indígenas, como se verá mais tarde nas cartas circulando durante a guerra guaraníca. O superior da missão São João, padre Luís Charlet escrevia em 1753: “Eu sei que estes povos [missões] enviam cartas uns aos outros” (Suess et al., 2009, p. 136-137). No mesmo ano registrava: “Os caciques sem o nosso conhecimento e sem nos levar em conta, enviam [cartas] à sua gente e se avisam com seus papéis de dia e de noite” (Suess et al., 2009, p. 136-137).

Comentando essa produção epistolar manuscrita, Melià afirmou:

A história dos guaranis constrói, nesse tempo, a sua própria visão sobre temas essenciais; uma mentalidade que lhes é tão própria, que

os portugueses e os espanhóis não a entenderam. Curiosamente, ela é dirigida aos jesuítas, embora estes, por sua vez, tenham também uma enorme dificuldade em compreendê-la. Não obstante, advinham que seja justa e suspeitem [que] seja acertada. Os guaranis dizem e escrevem que outra colônia é possível. Na sua língua, a história é outra. (Melià apud Suess et al., 2009, p. 138).

As reduções chegaram a ter gráfica, onde eram impressos livros religiosos em castelhano e em Guarani. Em relação ao poder colonial, os Guarani missionários podiam ser requisitados pelos governadores para obras comunitárias, como a construção de edifícios e fortificações (Golin, 1985).

A partir dos confrontos com os paulistas, os Jesuítas criaram uma estrutura militar formada por capitães, alferes, tenentes e guerreiros⁸. Poderiam ser requisitados pelo Rei, como ocorreu em 1704, no conflito entre Portugal e Espanha, atingindo o enclave português da Colônia de Sacramento, localizada defronte a Buenos Aires. Nesse conflito, que durou de 1º de novembro de 1704 a 15 de março de 1705, foram mobilizados cerca de quatro mil guerreiros. Graças a um registro em Guarani por um indígena, é possível acompanhar esse conflito:

No ano de 1704, a 1º de setembro, as pessoas da [missão de] Corpus sa- íram do seu próprio povoado, indo à guerra. A 12 de setembro, juntaram-se com todos os outros [de vários]

⁸ Os Guarani Mbyá ainda usam a palavra *xondaro* para designar o guerreiro. Como este vocábulo é um empréstimo linguístico, é provável ser originário das missões (Dooley, 1998), e deve ser deformação da palavra soldado.

povoados no Aguapey Miri, em frente à [missão de] São Carlos (Melià apud Suess et al., 2009, p. 133)9.

Após quatro meses de combate, em março de 1705, os portugueses abandonaram o local: “(...) A 16 de março, segunda feira, os portugueses vão saindo da sua cidade, dirigindo-se ao mar; então os Guarani vão logo destruir a praça [de guerra] abandonada” (Melià apud Suess et al., 2009, p. 133).

No final do texto há um balanço das perdas, com 84 Guarani mortos, segundo a região de origem:

Os espanhóis que morreram eram 10. Os índios [das missões] do [rio] Paraná que morreram eram 33. Os índios [das missões] do [rio] Uruguai que morreram eram 37. Os que morreram depois, de ferimentos sofridos, foram contados apenas 14. Outros mais não foram contados (Melià apud Suess et al., 2009, p. 134).

CAPITÃO SEPÉ TIARAJU

Neste contexto surgiu a figura do Capitão Sepé Tiaraju, da missão de São Miguel. Nos textos da época chamavam-no de *capitão*, como o fez o superior da Missão de São Miguel, padre Lourenço Balda. Aparece também como *mestre de campo*, como escreveu Juan de Echevarria, representante espanhol, na fase inicial da guerra guaraníca (Golin, 1985). Mas, segundo esse biógrafo, Sepé foi escolhido corregedor da missão de São Miguel em 1753, dado o fato de o

⁹ Este manuscrito de 52 páginas, em Guarani, foi traduzido em parte por Bartomeu Melià (Escritos guarani como fontes documentais da história rio-platense. In: SUESS et al., 2009).

antigo corregedor se posicionar a favor do Tratado de Madri, tendo sido deposto pelos caciques (Golin, 1985).

Joseph Tyarayu ou José Tiaraju ou simplesmente Sepé, como era mais conhecido (certamente uma deformação de José), nasceu na missão de São Luís Gonzaga, em 1722. Órfão, teria sido levado para a missão de São Miguel, segundo um documento do Comitê 250 anos (2006). Assim, tinha cerca de 30 anos na época da guerra. Todavia, a data de nascimento não é historicamente comprovada, ficando difícil precisar sua idade. Na documentação levantada por Golin (1985), encontramos alguns episódios onde Sepé aparece de forma mais explícita.

Após o roubo de gado, quando um tenente indígena e seis Guarani de São Miguel foram presos pela polícia indígena por terem roubando gado das estâncias de São Luís e São Nicolau, os mesmos seriam levados para a missão de São Tomé, situada na margem direita do rio Uruguai, numa região mais distante, segundo o padre Lourenço Balda, superior de São Miguel. Entretanto, foram conduzidos a São Miguel, ficando expostos às ameaças das lideranças daquelas missões, as quais desejavam matá-los. Para evitar uma tragédia, o padre Balda encarregou o Capitão Sepé levá-los a São Tomé e determinou que o procurador da missão de São Miguel devolvesse os cavalos, éguas e ovelhas roubadas (Golin, 1985).

Nessa mesma época, em outra correspondência, padre Balda pediu ao padre Tadeu Henis, da missão de São Borja, de seis a oito mil cabeças de gado para atender às necessidades da sua missão. E ponderou: “É preciso trazer antes que comecem os frios e cresçam os rios e se aniquilem

os cavalos”. E conclui: “O tenente, de quem se pode confiar V.R. [Vossa Reverendíssima], lhe dirá [de onde trazer os animais], como também o procurador Diego Irepa, (...) como também o capitão Sepé” (Golin, 1985, p. 32). Assim surgiu Sepé com o título de capitão e como pessoa de confiança do superior da missão de São Miguel.

O TRATADO DE MADRI

A trajetória de Sepé está vinculada ao Tratado de Madri e ao conflito que surgiu após sua execução, envolvendo as missões do lado esquerdo do rio Uruguai. Como a presença portuguesa na América do Sul ocorreu de forma pouco definida e arbitrária, sempre havia conflitos. Por isso, a Coroa Portuguesa reivindicava a bacia do Amazonas e parte da bacia do rio Uruguai, enquanto que a Coroa Espanhola reivindicava a bacia do rio da Prata. Por isso, os portugueses fundaram a Colônia de Sacramento próximo ao rio da Prata, em frente a Buenos Aires. Isso provocou periódicos confrontos com os colonos espanhóis de Montevideu, como ocorreu em 1704.

Por isso, as autoridades tentaram algumas negociações, como o Tratado de Utrecht, em 1713, que retirou de Portugal essa vila, deixando os portugueses irritados. Em consequência, veio o 2º Tratado de Utrecht, em 1715, devolvendo a Portugal essa colônia. (Holanda, 1977). Com a morte de Felipe V, da Espanha, em 1748, e a ascensão de Felipe VI, foram retomadas as negociações para definir um novo tratado de limites. Do lado português estava o brasileiro Alexandre de Gusmão, secretário



Desfile na missão dos indígenas Mocovi.
Gravura do manuscrito da obra do jesuíta
Florian Pauke, 1730.
(Capa do livro de HAUBERT, 1990)



de Dom João V, que passou a defender a tese do *uti possidetis*, isto é, o direito de posse. Cada parte deveria ficar com o possuído no momento desse acordo.

Se a Amazônia era considerada uma região portuguesa, a bacia do rio da Prata deveria ser tida como espanhola. Portanto, a Colônia do Sacramento, que era “uma espinha cravada na garganta da América espanhola”, deveria ser cedida à Espanha, mas Portugal via que “o gado [dos jesuítas] no atual Rio Grande era uma parte inalienável, de um todo geográfico”, incluindo as sete missões na margem esquerda do rio Uruguai, como escreveu o historiador Jaime Cortesão (Mendes Jr.; Roncari; Maranhão, 1982, p. 277).

Finalmente foi assinado em Madrid, em 13 de janeiro de 1750, esse importante tratado, cujo artigo 16 estabelecia:

Das povoações ou aldeias que cede Sua Majestade Católica, na margem oriental do [rio] Uruguai, sairão os Missionários com todos os imóveis, e efeitos, levando consigo os índios para aldeias em outras terras de Espanha; e os referidos índios poderão levar também todos os seus bens móveis e semoventes, as Armas, Pólvoras e Munições que tiverem; em cuja forma se entregarão as povoações à Coroa de Portugal, com todas as suas Casas, Igrejas e Edifícios e propriedade e posse do terreno (Golin, 1985, p. 19).

Em julho do mesmo ano falecia Dom João V, assumindo o trono português o filho Dom José I. Com isso, a implantação desse tratado teve um atraso. Em janeiro de 1751, foi assinado um novo acordo prorrogando a sua execução. Entretanto, o novo 1º ministro português, o Marquês de Pombal, percebeu o valor dos bens das missões e decidiu executar sem delongas o acordo. Logo, nomeou Gomes Freire de Andrade, Governador do Rio de Janeiro e Minas, para ser o representante da Coroa Portuguesa. Em fevereiro de 1752, o Governador partiu em direção do Rio Grande para executar o projeto português. Do lado espanhol, foi nomeado o Marquês de Valdelírios.

Como a Companhia de Jesus não era bem vista em várias cortes europeias, o Superior Geral, padre Inácio Visconti, achou por bem acatar esse Tratado, orientando os padres das missões “à ordem estrita de se submeterem ao inevitável e levar os índios à obediência” (Lugon, 1977, p. 287). Por isso, nomeou o padre Altamirano como seu representante para persuadir os missionários a colaborar nessa decisão.

O golpe foi bem grande para os Guarani, que tiveram de deixar as sete missões:

Para os Guaranis das sete reduções condenadas, era a espoliação, a ruína e o infortúnio, a destruição do trabalho de muitas gerações, a deportação de mais de 30 mil pessoas, segundo cifras mais modestas. Se se examinar um mapa, verifica-se que a República Guarani ia ser amputada de metade de seu território, abrangendo as estâncias, os yerbaes, as florestas mais ricas e mais vastas, propriedades das onze reduções das

duas margens do Uruguai (Lugon, 1977, p. 285).

O padre Altamirano chegou à missão de São Tomé em setembro de 1752, e logo seguiu para as missões que deveriam ser evacuadas. Entretanto, os Jesuítas haviam conseguido uma prorrogação do Tratado, alegando necessitar mais tempo para realizar as colheitas. A postura fria e objetiva do padre Altamirano desagradou os Guarani, que o ameaçaram e o obrigaram deixar a região, fazendo-o voltar para Buenos Aires. De lá, ele designou outros três Jesuítas para substituí-lo nessa difícil tarefa, os quais permaneceram pouco tempo, ficando apenas um deles, o padre Agostinho (Lugon, 1977).

Esse fracasso dos padres irritou os representantes coloniais. Em agosto de 1753, decidiram voltar às missões do Uruguai, mas foram barrados no caminho pelo Capitão Sepé, com uma pequena tropa, o qual, em castelhano, teria declarado: “O território que pretendes dispor pertence a Deus e a São Miguel!” (Lugon, 1977, p. 289). A tradição sulista afirma que, antes dessa frase, teria dito: “Alto lá! Esta terra tem dono!” (Comité, 2006, p. 49)

Surpreso, Valdelírios perguntou por que eles não iriam cumprir as ordens do Rei, ao que obteve como resposta: “Só conheço as ordens do padre superior [Provincial] e do cura [superior da missão]” (Lugon, 1977, p. 289). Diante de uma resistência crescente por parte dos indígenas, os emissários voltaram para suas bases: Valdelírios para Buenos Aires e Gomes Freire de Andrade para a Colônia do Sacramento (Lugon, 1977).

Isso deixou também irritado o padre Altamirano, o que o fez escrever uma dura carta aos padres



das missões, exigindo que pressionassem os indígenas. A carta foi recebida pelo superior da redução de São Nicolau em setembro de 1753. Ao saber da mensagem, Miguel Javat, corregedor da vizinha missão de São Luís, foi até o local e confiscou a missiva, queimando-a na praça central, diante de uma multidão de Guarani. Essa atitude fez também os indígenas das missões de São Tomé e de São Luís aderirem à resistência (Lugon, 1977).

Nesse momento passou a circular uma carta, em Guarani, escrita na Missão de São Miguel em julho de 1753, e dirigida aos corregedores das outras seis missões. Foi encontrada na calça de Sepé, no momento de sua morte:

Em primeiro lugar, todos os dias, quando despertamos, devemos manifestar que somos filhos de Deus Nosso Senhor e da Virgem Santíssima, de todo o coração devemos nos entregar a Deus Nosso Senhor e a Virgem Santíssima, a São Miguel e aos Santos Anjos.

(...) E sendo fervorosos em nossas súplicas, nos não de atender aos que nos aborrecem. Quando pretendem falar, temos que nos afastar dessa sua conversação, fugir muito dos castelhanos e muito mais dos portugueses. (...) Lembrai-vos que nos tempos passados mataram a nossos finados avós, mataram muitos mil deles por todas as partes, sem poupar as inocentes criaturas [crianças] e também fizeram escarnio e mofa das santas imagens dos Santos, que em nossas igrejas adornavam os altares a Deus Nosso Senhor. Isso mesmo que fizeram no passado, querem fazê-lo agora conosco e por quanto empenho usam, não nos havemos de entregar a eles.

Se acaso quiserem falar [conosco] não de ser só cinco castelhanos não mais, e que não sejam portugueses. Não queremos a vinda de Gomes Freire, porque ele e os seus são os que por obra do demônio, nos têm dado tanto aborrecimento. Esse Gomes Freire é o autor de tantos distúrbios e o que obra com tanta maldade, enganando seu rei, e por esse motivo não o queremos receber.

Deus Nosso Senhor foi quem nos deu estas terras. (...) Nós em nada temos faltado ao serviço do nosso bom rei, sempre nos temos ocupado, e com toda a vontade, temos cumprido os seus mandatos. E em prova disto, as repetidas vezes devido à sua ordem temos exposto as nossas vidas e derramado nosso sangue como na Colônia [do Sacramento], e isso só por cumprir a sua vontade, sem manifestar outra coisa senão grande gosto em que se cumpram suas ordens, de que são testemunhas o senhor general dom Bruno, e o outro governador que lhe sucedeu. E quando nosso bom rei nos necessitou no Paraguai fomos lá e fomos muitos. E assim temos cumprido as suas ordens.

E com tudo isso nos dizem que deixemos as nossas terras, nossos ervaís, nossas estâncias e, enfim, todo o terreno inteiro. Essa ordem não é de Deus, senão do demônio; nosso rei sempre anda pelo caminho de Deus e não do demônio. Isso é o que sempre ouvimos. (...) Nunca o nosso bom rei tem querido tiranizar-nos, nem prejudicar-nos, atendendo à nossa sorte. E assim não o cremos nunca, quando dizem eles: “Índios, dai vossas terras e quanto tendes aos portugueses”. Não o cremos nunca, não há de ser assim e só se por acaso quiserem comprá-las com o seu

sangue: nós, todos os índios, as havemos de comprar [com nosso sangue].

Vinte povoados nos juntamos já para sair-lhes ao encontro e com grandíssima alegria nos entregaremos [pela morte], antes de entregarmos nossas terras. Por que esse nosso superior maior [o governador] não dá aos portugueses Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes e Paraguai e só há de cair essa ordem sobre os pobres índios, aos quais manda que deixem suas casas, suas igrejas e, enfim, tudo quanto tem dado Deus?

(...) Quando quiserem falar conosco, venham cinco castelhanos, e nada se fará contra eles. O padre, que é dos índios e sabe sua língua, há de ser seu intérprete. E então se fará tudo porque deste modo se farão as coisas como Deus manda, ou senão irão para onde o diabo quiser. E não queremos andar e viver por onde vós quereis que andemos e vivamos. Nós jamais pisamos vossas terras para vos matar e empobrecer-vos, como fazeis aos infelizes [índios] e vós o praticais agora e vindes empobrecer-nos, como ignorais o que Deus manda e o que o nosso bom rei tem ordenado acerca de nós (Golin, 1985, p. 87-89)10.

Havia também uma leitura religiosa sobre a existência das missões e a importância de permanecer nelas. Na documentação recolhida por Golin (1977), o padre Juan de Escandón narrou a aparição de São Miguel ao menino Alonso, na missão de São Miguel. Nessa revelação, o arcanjo exortava os Guarani a não abandonarem as reduções (Golin, 1977) Nesse mesmo relato, Escandón citou uma carta de Sepé ao Superior

10 Esta carta está no documento Relazione Breve, de Lugano, segundo Lugon (1977).

Provincial, datada de fevereiro de 1754, escrita em Guarani, a partir da estância de Santo Antônio, onde estava como capataz:

Também aos nossos antepassados, quando já cristãos, veio São Miguel falar-lhes por três vezes, baixando para tanto lá do céu em pessoa e repetindo-lhes o mesmo que antes já havia dito São Tomé11, assegurando-lhes:

“Os padres são os que ensinam a virtude. Os padres são os que têm e ensinam os bons costumes. Cuidai, pois, de não perdê-los, deixando eles se irem de vós, nem os deixeis, vós mesmos.”

Isso o repetiu exatamente três vezes São Miguel ao cacique dom Alonso Tapayu.

E assim procurai vós, meu santo superior, e vós outros, demais padres, para que se acenda e conserve a luz da fé e que ela não se apague dentro de nós. Peço-te isso pelo amor de Deus.

Joseph Tyarayu (Golin, 1985, p. 33-34).

Dividido e pressionado pelo Superior Geral, na pessoa do seu representante, o padre provincial concordou em entregar as sete missões do lado oriental do rio Uruguai, afirmando que os missionários deixariam as demais missões, caso precisasse, para não serem acusados de compactuar com a rebelião (Lugon, 1977). Com essas informações, os comissários da Espanha e de Portugal decidiram retornar à região para iniciar a demarcação das fronteiras, mas foram barrados por um exército de 600 Guarani, comandados

11 São Tomé foi identificado pelos Guarani com Sumé, como um de seus heróis!

por Sepé, às margens do rio Ibicuí. Assim, foram forçados a retornar (Lugon, 1977).

Na mesma ocasião, foi endereçada uma carta ao Governador de Buenos Aires, assinada pelos corregedores das sete missões do lado oriental do rio Uruguai. Entre outras coisas afirmava:

Como poderá a vontade de Deus ser que vós tomeis e arruineis tudo o que nos pertence? Aquilo que possuímos é exclusivamente fruto de nossas fadigas e o nosso rei não nos deu coisa alguma. Não somos apenas os sete povos da margem esquerda [do rio Uruguai], mas doze outras reduções estão decididas a sacrificarem-se conosco, desde que tenteis apoderar-vos de nossas terras.

Senhor Governador, se não queirais ouvir as nossas razões, entregai-nos-emos nas mãos de Deus.

Devemos enviar nossas cartas a todos os países, a fim de que os infiéis fiquem ao corrente de nossa triste situação, De resto, estão muito inquietos com as vossas diligências (Lugon, 1977, p. 290).

O Governador ficou assustado com essa postura, mas soube que havia uma divisão entre os Guarani. A maior parte das reduções da margem direita do rio Uruguai não encampava essa luta, segundo Lugon (1977). O autor explica que as forças coloniais resolveram, então, se articular em abril de 1754, embora não estivessem bem coordenadas. Por sua vez, os Guarani não conseguiram envolver também todas as sete reduções (Lugon, 1977).

Na Espanha, os Jesuítas mais influentes na corte tentavam anular o Tratado, mas sem sucesso. Por mais de um ano houve ataques e

escaramuças entre as forças coloniais e os Guarani, mas nada muito significativo (Golin, 1985). No final de 1755, os comandantes das forças dos dois reinos conseguiram um acordo para o ataque conjunto. Mostraram grande poder, a ponto de o Governador Andonaégui escrever no diário: “[nosso exército] não tinha inveja a nenhum dos da Europa e, na América não se há visto outro igual” (Golin, 1985, p. 71).

O exército português estava composto de 1.606 combatentes, 250 escravos negros, 240 peões que cuidavam de 152 carretas, 3.760 cavalos, 1.816 bois de tração, 271 muare e 2.823 reses para abate. A artilharia possuía 9 canhões e 14 carros com acessórios para os mesmos, além de munições e pólvora. O exército espanhol marchava com 170 dragões, 1.500 soldados de infantaria, 500 peões que conduziam 200 carretas, 7.000 cavalos, 800 mulas e 6 mil reses para o abate (Golin, 1985, p. 72).

Com essa superioridade militar previa-se um verdadeiro massacre. No início de janeiro de 1756 uma vanguarda do exército espanhol encontrou duas mensagens, escritas em Guarani, presas numa árvore em Cerro Yaceguá. Diziam que o Mestre de Campo Christóbal Obando aguardava com seus soldados em Santa Tecla e que o Capitão Joseph [Tiaraju], em Santo Antonio. Reafirmavam, também, que as terras eram uma dádiva de Deus, diante de quem “nos humilhamos e fiamos muito”. Que o Tratado era “obra do demônio” e que “só Deus é dono de nossas vidas” (Golin, 1985, p.72).

No começo de fevereiro, um Guarani, com mais três volantes, se apresentaram ao acampamento de Andonaégui com uma bandeira branca, sendo que um deles se dizia

“secretário do capitão Sepé”. Serviriam como guia ao exército espanhol para um encontro no qual o Capitão não viera devido a “uma caída”. O general lhes respondeu: “Que dissessem a Sepé que não necessitava de guia, senão que viesse ele e toda sua gente a dar a devida obediência e que avisassem os caciques, corregedores e demais autoridades para que fizessem o mesmo”. E concluiu: “Que seriam tratados como rebeldes e passados a cuchillo [a faca]”. (Golin, 1985, p.77). Mas Sepé queria ganhar tempo, esperando a chegada de Nicolau Nheenguiru, com um grande contingente de Guarani.

A MORTE DE SEPÉ TIARAJU

A morte foi uma fatalidade, ocorrendo três dias antes do grande combate. O relato mais completo aparece no diário do brigadeiro português José Custódio de Sá e Faria, o Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas de Missões do Rio Uruguay, redigido entre 1761 e 1762. Seguem as principais passagens, que são retiradas de Golin:

Dia 7 de fevereiro [de 1756]. Pelas 5 horas e ½ da manhã destróçou o nosso exército pela direita. Se marchou pelo mesmo lado para o Campo Guacay. Andaríamos 3 léguas, a rumo noroeste e norte. Paramos junto a um rio que deságua para a parte do rio Grande [Jacuí] (...). Passaram as guardas de campo ao outro lado do rio.

De tarde, vieram inquietar alguns índios [missioneiros] a cavalo. Como andavam alguns peões [dos nossos] avançados, [os Guarani]

tiveram ocasião de matar um peão nosso, índio. Também faltou outro que, se supõe, também morto.

O general espanhol pediu a Sua Excelência [Gomes Freire] 150 homens, que, com os 300 que ele mandava, faziam 450. O governador de Montevideú, dom José Joaquim de Viana, pediu ao seu general [que] o nomeasse para comandar o dito destacamento, ao que, condescendendo e dando-lhe ordem de passar os índios à espada, no caso de resistirem (Golin, 1999).

Embora fossem 17 horas e 30 minutos, Viana consultou o coronel português se deveriam enfrentar aqueles indígenas, o que o coronel concordou. Iriam dois destacamentos, um em cobertura ao outro, conforme relatado no Diário.

Pondo-se os índios em fuga, que seriam como 60 até 70, a nossa tropa os seguiu. (...) Com que, o dito governador de Montevideú havendo visto um mato, que estava imediato, para onde fugiram os índios, meteu pernas ao cavalo, adiantando-se, até que chegou à vanguarda da sua tropa, e, em particular, a um dos índios que lhe parecia ser o que os mandava, ao qual um peão português quebrou uma lança no corpo, e o governador de Montevideú acabou de matar, com um tiro de pistola.

Pelas cartas que se lhe acharam e um livrinho de orações, como [também] por [lhe] conhecer um dos vaqueanos espanhóis, chamado Mariano, se confirmou ser o chefe dos índios, chamado Sepeê (Golin, 1999, p. ?).

Assim, o Governador começou a ser cercado pelos Guarani. Mandou que dessem o alarme, sendo apoiado

por mais 60 homens. “E conservando-se os índios a tenacidade de atacar, a pé e a cavalo, atirando flechas e pedras, mandou dar uma descarga na primeira fileira, com a qual houvessem alguns mortos e feridos, pois imediatamente se calaram os índios” (Golin, 1999).

Concluiu o relato, fazendo um balanço do confronto:

Havendo-se perdido da nossa parte dois mortos e dois feridos; e dos índios se encontraram até o número de oito mortos, sem incluir os que ficariam da mesma sorte mortos e feridos, com a descarga que se lhe deu.

(...) O índio Sepeê, que ficou morto, era entre os seus de grande valor e astúcia, e por isso, comandava aos demais. As cartas que se lhe acharam eram cheias de exortações para continuar em nos fazer dano. E lhe davam os parabéns de ter já morto alguns espanhóis (Golin, 1999, p. 417; 419).

A descrição do acidente que levou à morte de Sepé foi narrada também pelo Jesuíta Bernardo Nusdorffer, superior provincial do Paraguai:

(...) Quis sua má fortuna que José [Sepé], seu cabo [da tropa], tropeçasse em um olho (que há muitos naqueles campos, de tatu) e, caindo do cavalo, se maltratou [machucou] de sorte que [o cavalo] não se pôde levantar mais. Lançaram-se sobre eles os espanhóis; e aí, com um pistolaço que lhe deu o Governador Viana, e lançadas, lhe acabaram [a vida] (Golin, 1999, p. 418).

No “Diário da segunda marcha”, redigido pelo secretário de Gomes

Freire de Andrade, chamado Manoel da Silva Neves, há um importante detalhe, omitido nos textos acima: “Ficando-lhes morto sete [índios] e o grande capitão Sapé [Sepé], maior general que eles tinham, o qual [o] matou o dito governador, e lhe mandou separar a cabeça do corpo depois de morto” (Golin, 1985, p. 84).

Padre Henis, da missão de São Miguel, acrescentava: “[Os Guarani] enterraram o corpo de seu bom e muito arrojado capitão numa selva próxima, com os sagrados cânticos e hinos que se costumam [ter] na igreja” (Golin, 1985, p. 83).

Melhor coordenados, os exércitos coloniais desfêcharam um ataque conjunto três dias depois: os espanhóis, sob o comando de Viana, atacaram pelo Sul, em direção de São Borja e os portugueses entraram pelo Leste, na direção de São Miguel. Os Guarani, com um exército bem menor, usaram a tática de guerrilha. Entrincheiraram-se em pontos estratégicos, com “uma verdadeira fortaleza índia, munida de canhões”, o que fez os exércitos inimigos interromperem as operações por alguns dias.

Com a morte de Sepé, o comando da resistência guarani passou para Nicolau Languiru, corregedor de Concepción, missão da margem direita do rio Uruguai. O combate mais sangrento ocorreu em Cayboaté, a 10 de fevereiro, onde morreram Languiru e cerca de 1.200 Guarani e onde também capturados 127 guerreiros (Lugon, 1977). A resistência Guarani continuou até final de março. Mas, no começo desse mês, os guerreiros de São Miguel voltaram ao local da morte de Sepé. A pedido do Capitão Miguel Moyri, colocaram uma cruz, com um texto redigido em

Latim, Espanhol e Guarani, conforme a tradição missioneira.

O padre português Manuel Aires de Casal, que veio ao Brasil com a Família Real em 1808, em sua obra refere que os comissários responsáveis pela demarcação encontraram essa cruz em 1759. Vê-se que o lugar da batalha de Cayboaté ficou conhecido como Guarani guasú [A Grande Guerra], onde hoje é São Gabriel. Nela estava a seguinte inscrição:

No braço esquerdo: O Ch.to Jesús.to Pa.o tie cr. o

No braço direito: Omnium S.torum

Na haste principal: Año de 1756, a 7 de Febrero pipe omanó C.r J. b. Tiarayu Guarani pipe sábado ramo. A 10 de febrero p.e oico Guarini guasú Martes p.e 9 Taba Uruguai rebe gua 1.500 soldados rebe hae beiaere Mburubichare ta amanô ônga ape. A 4 de Marzo p.e oya pouca ângaco Cruz mtu D. n. Miguel Moyri sold.o repa upe. (Casal, [1817] 1976, p. 63)

Segue a tradução. Nos braços da cruz lia-se O Cristo Jesus, pai dos cristãos e de todos os santos. Na haste vertical estava gravado:

No ano de 1756, sábado, 7 de fevereiro, faleceu o Guarani Cristão José B. Tiarayu. A 10 de fevereiro, terça-feira, chegaram a Guarini Guaçu [à Grande Guerra] 1.500 soldados, com seus comandantes, procedentes de nove povoados do Uruguai, sendo mortas muitas pessoas. No dia 4 de março foi feita essa cruz por ordem do soldado dom Miguel Moyri¹².

¹² A inscrição Guarani foi traduzida pelo paraguaio Eri Daniel Rojas (2004).

Diante do conflito, os padres das missões ficaram divididos. Dos 14 que viviam no local, 11 seguiram o exemplo do padre Lorenzo Balda, da redução de São Miguel, permanecendo do lado dos Guarani resistentes. Foram assim considerados “traidores da pátria e culpados de crime de lesa-majestade”. O General Ceballos, do exército espanhol, recebeu ordem para prendê-los e mandá-los à força para a Espanha (Lugon, 1977).

O exército português não se sentiu seguro para invadir em seguida a região, chegando à redução de São Miguel quase três meses depois, em maio. Como registrou o Diário de Sá e Faria, “a missão estava abandonada, a casa dos padres em chamas, e o fogo já atingia a sacristia da monumental igreja. O sacrário encontrava-se quebrado, assim como os relicários, sem as relíquias, contrastando com o artístico altar-mor, todo talhado em madeira, inacabado e sem a pintura dourada” (Golin, 1999, p. 489-493).

SEPÉ TIARAJU E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL ATUAL

Esse fim violento transformou Sepé num mártir da resistência missioneira, uma vez que ele deu a vida na defesa de sua terra. Atualmente, Sepé é uma referência na cultura popular gaúcha, como se vê na música de Barbosa Lessa, muito cantada.

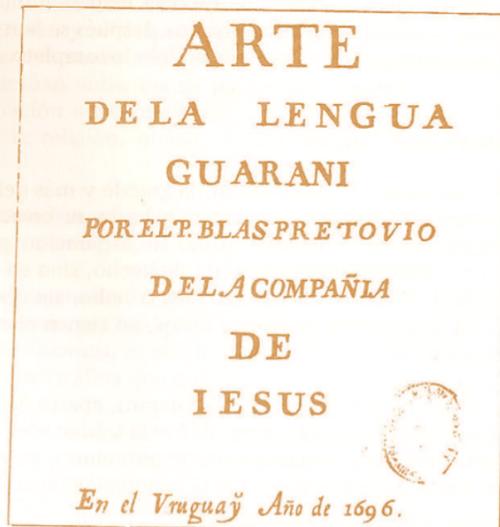


cco apĩreĩ rehe
açe maẽnduáha-
ba mbae tubicha
bicha eteỹ, hey-
raoo S. Agustín,
hae haete niã y-
marãngatubac u-

pe poromoãnga pĩhĩ habeterã moheco-
ni, emõnã abe teraco ʏpochĩbae upe

51. Una viñeta del libro *De la diferencia entre lo temporal y eterno*, impreso en las "Doctrinas", en 1705. "La imprenta, como las muchas láminas para su realce, han sido obra del dedo de Dios, tanto más admirable, cuanto los instrumentos son unos pobres indios" (Carta del padre Serrano, traductor de este libro, cf. Furlong 1962: 586).

Vinheta do livro *De la diferencia entre lo temporal y el eterno*, impresso nas Reduções em 1705.



52. Gramática manuscrita del padre Paulo Restivo. "El artificio desta lengua es tan raro y singular..." (cf. Meliá 1969 a I: 102). Biblioteca Universitaria de Granada, caja 38.

Gramática do padre Paulo Blas Restivo, impresso em uma das reduções da margem esquerda do rio Uruguai, em 1696.

Louvor a Sepé

Nas missões dos Sete Povos nasceu um dia Sepé,
Trazendo uma cruz na testa, cicatriz sinal de fé.
Quando o sol batia nele essa cruz resplandecia,
Por isso lhe deram o nome, Tiaraju a Luz do dia.

Quando o exército da Espanha e Portugal chegou aqui
Pra expulsar dos Sete Povos toda a gente Guarani.
Tiaraju, que era cacique, reuniu seus guerreiros
E sem medo dos canhões atacou só com lanceiros.

Tiaraju morreu peleando no arroio Caiboaté.
Mas depois desse combate todos viram São Sepé,
Que vinha morrer de novo junto à gente Guarani
Pra embeber seu sangue todo neste chão onde eu nasci.

Mais um valente guerreiro a morrer por seu pago,
Por isso que no Rio Grande o seu nome é sagrado.
Tiaraju subiu pro céu, sua cruz está no azul,
Cai a noite ela rebrilha, ele é o Cruzeiro do Sul.

Tiaraju... Tiaraju... Tiaraju...

(Comitê 250 anos de Sepé Tiaraju, 2006, p. 10).

É visto assim como um símbolo da luta pela terra no Sul do Brasil, como se lê também na carta supostamente escrita por Sepé, em agosto de 2003:

Meus queridos descendentes Sem Terra!

Bravos lutadores pela Reforma Agrária, que caminhais sobre São Gabriel, a fim de garantir a desapropriação das terras que vos são destinadas, permitam que eu vos saúde!

Vós me lembrais a caminhada de 250 anos atrás, que eu mesmo fiz, à frente de 1.500 irmãos guaranis, a fim de garantir as terras que ocupávamos desde sempre.

Vós partistes de todo Rio Grande rumo ao centro do latifúndio. Para recuperar essa terra que nos pertence, que pertence a todo o povo gaúcho, e que nos foi usurpada, por meia dúzia de impostores, que pensam ter o poder de propriedade absoluta sobre a mãe natureza!

Nós, índios, partíamos em direção ao Sul. Num dia de domingo, depois da missa da bênção na catedral de São Miguel, deixamos a cidade, carregando nossos estandartes e os andores com as imagens de nossos santos protetores.

Vejo que vós também carregais os símbolos da luta em favor da Reforma Agrária. Os gritos “Pátria Livre!” e “Reforma Agrária já!”, mantém acesa vossa esperança e vosso entusiasmo, assim como nosso grito “Esta terra é nossa!” porque a recebemos de Deus e do seu Arcanjo São Miguel! Enchia nossa alma de fé e coragem.

Nós íamos combater os exércitos de Espanha e Portugal, as duas maiores potências militares de então, que se haviam juntado na altura de São Gabriel, em sua marcha rumo aos Sete Povos a fim de esbulhar nossas terras.

Com lanças apenas, os enfrentamos com nossa coragem, porque sabíamos que a verdade estava do nosso lado.

Foi numa dessas escaramuças, dos exércitos imperiais, que perdi a vida, lutando. Fui assassinado ao mesmo tempo por Espanha e Portugal. Era 7 de fevereiro de 1756. Três dias depois, a 10 de fevereiro, os 1.500 irmãos Guaranis foram também massacrados, no alto da coxinha do Caiboaté, mas lutaram bravamente, perdendo a vida, mas não se entregaram.

Perdemos a batalha, as terras e a vida, mas não perdemos a causa. Deixamos aos nossos herdeiros, a vocês, a verdade e a lição de lutar sempre pela justiça e igualdade. As terras devem ser para todo o povo, e vocês agora, voltaram para recuperar a justiça!

(...) Depois daquele massacre, se espalhou, como rastilho, por todos os rincões deste estado que eu haveria de retornar. Na vossa pessoa estou voltando. Caminho lado a lado convosco.

Não tenhais medo! O sonho guarani da Terra Sem Males será concretizado por meio de todos os pobres que lutam por terra para plantar, no campo, e por terra e trabalho, na cidade.

E do local em que meu sangue embebeu a terra!... Do alto das coxilhas do Caiboaté!... Amaldiçoo toda ganância! Amaldiçoo todas as cercas que privam as pessoas do pão, do trabalho e da dignidade.

Eu vos abençoo e lhes garanto: Essa terra é nossa, de todo o povo!

Do irmão e amigo e agora vosso protetor, São Sepé Tiaraju, líder do povo Guarani-gaúcho!



COMITÊ 250 ANOS DE SEPÉ TIARAJU.
Sepé Tiaraju e o povo Guarani, p. 49.

Na religiosidade popular tornou-se São Sepé!

Atualmente Sepé Tiaraju faz parte do Panteão da Liberdade e da Democracia Tancredo Neves, inaugurado em 7 de setembro de 1986, em Brasília, e está inscrito como Herói da Pátria – um reconhecimento também do Congresso Nacional.

(Oriá, 2014)

referências bibliográficas

BLANCO, Ricardo Román. La “bandeiras”. Instituciones bélicas americanas. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1966.

BOXER, C.R. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1973.

CABEZA DE VACA, Alvar Núñez. Naufrágios e comentários. Porto Alegre: L&PM, 1987.

CARVALLO, Casiano N. Mapa Histórico Geográfico de la Provincia de Misiones (1585-1896). 2. ed. Posadas: Inst. Superior del Profesorado Antonio Uiz de Montoya, 1986.

CUNHA, Pedro Otávio Carneiro da. Política e administração de 1640-1763. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. 4. ed. História Geral da Civilização Brasileira, Época colonial, v. 2, 1977.

CASAL, Manoel Aires de. Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil [1817]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

COMITÊ 250 ANOS DE SEPÉ TIARAJU. Programação 250 anos da morte de Sepé Tiaraju, São Gabriel, 2006.

COMITÊ 250 ANOS DE SEPÉ TIARAJU. Sepé Tiaraju e o povo Guarani. Sepé Tiaraju presente na memória do povo. São Gabriel, 2006.

DOOLEY, Robert A. Vocabulário Guarani-Português. Versão para fins científicos. Porto Velho: Sociedade Internacional de Linguística, 1998.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Dicionário de Bandeirantes e sertanistas do Brasil. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

GOLIN, Tau. Sepé Tiaraju. Porto Alegre: Tchê!, 1985.

GOLIN, Tau. A Guerra Guaranítica. Passo Fundo: Ed. Universitária de Passo Fundo, 1999.

GUASCH, Antonio. Dictionario Castellano-Guaraní y Guaraní-Castellano. 4. ed. Sevilla: Loyola/Cristo Rey, 1961.

GUILLERMOU, Alain. Santo Inácio de Loyola e a Companhia de Jesus. Rio de Janeiro: Agir, 1973.

HAUBERT, Maxime. Índios y jesuitas en el Paraguay. Encuentro de dos mesianismos. In: Suplemento Antropológico. Asunción: Universidad Católica, v. 22, junio 1987, p. 241-264.

HAUBERT, Maxime. Índios e jesuitas no tempo das missões. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1990.

LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. [1938]. São Paulo: Loyola, tomos IV-VI, 2004.

LUGON, Clovis. A República “comunista” cristã dos Guaranis. 1610-1768. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MELIÀ, Bartolomeu. Julgamento e crítica sobre a missão. In: DUARTE, A. Padre Roque González. A atualidade de um evangelizador. São Paulo: Loyola, 1978, p. 112-118.

MELIÀ, Bartolomeu. O guarani reduzido. In: HOORNAERT, Eduardo (Org.). Das reduções latino-americanas às lutas indígenas atuais. São Paulo: Paulinas, 1982, p. 228-241.

MELIÀ, Bartolomeu. El Guarani conquistado y reducido. Ensayos de Etnohistoria. 3. ed. Assunção: Biblioteca Paraguaya de Antropologia, v. 5, 1993.

MELIÀ, Bartolomeu. Escritos guarani como fontes documentais da história rio-platense. In: SUESS et al. Conversão dos cativos. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2009, p. 129-144.

MELIÀ, Bartolomeu; TEMPLE, Dominique. El don, la venganza y otras formas de economia guarani. Assunção: Centro de Estudios Paraguayos Antonio Guasch, 2004.

MENDES JR., Antônio; RONCARI, Luiz; MARANHÃO, Ricardo. Brasil História. Texto e consulta. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, v. 1.

MÉTRAUX, Alfred, La révolution de la hache. Diogenes, Paris, v. 25, 1959.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. [1639/1892]. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 1985.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ORIÁ, Ricardo. Construindo o Panteão dos Heróis Nacionais:

monumento da República, rituais cívicos e o ensino de História. Revista História Hoje, v. 3, n. 6, p. 43-66, 2014.

PREZIA, Benedito. História da Resistência Indígena. 500 anos de luta. 2. reimpr. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PREZIA, Benedito. A morte de Sepé Tiaraju. Porantim. Brasília: Cimi, n. 282, jan./fev. 2006, p. 11.

STEHLE, Emil L. Zeugen des Glaubens in Lateinamerika. Mainz: Matthias-Grünwald-Verlag, 1980.

SUESS, Paulo et al. Conversão dos cativos. Povos indígenas e missão jesuítica. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2009.

ZENHA, Edmundo. Mamelucos. São Paulo. Edição do autor, 1970.